

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 4955/2022-PGJ, DE 4.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o artigo 2º, § 1º, da Resolução nº 44/2022-PGJ, de 29.9.2022,

R E S O L V E :

Designar as Promotoras de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani e Renata Ruth Fernandes Goya Marinho para, sem prejuízo de suas funções, auxiliarem a coordenação do Núcleo de Apoio às Vítimas de Crime e Atos Infracionais Violentos (Navit), a partir de 5.10.2022, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4896/2022-PGJ, DE 3.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 38/2021-PGJ, de 8 de setembro de 2021,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4846/2022-PGJ, de 29.9.2022, de forma que onde consta: “Promotores de Justiça - Mariana Sleiman Gomes | Período - 20.12.2022 a 6.1.2023”; passe a constar: “Promotores de Justiça - Mariana Sleiman Gomes | Período - 28.12.2022 a 6.1.2023”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4897/2022-PGJ, DE 3.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 38/2021-PGJ, de 8 de setembro de 2021,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4846/2022-PGJ, de 29.9.2022, de forma que onde consta: “Promotores de Justiça - William Marra Silva Junior | Período - 20.12.2022 a 6.1.2023”; passe a constar: “Promotores de Justiça - William Marra Silva Junior | Período - 20 a 28.12.2022”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4906/2022-PGJ, DE 4.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Paranaíba, Juliana Nonato, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos Autos nº 0001323-89.2022.8.12.0024 e no Inquérito Policial nº 207/2022-DP (BO nº 535/2022), em trâmite na 1ª Vara da comarca de Aparecida do Taboado.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4907/2022-PGJ, DE 4.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Nova Andradina, Paulo Leonardo de Faria, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências do Juizado Especial Criminal da referida Comarca no dia 3.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4904/2022-PGJ, DE 3.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão, que seriam usufruídos no período de 18.11 a 17.12.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00009060-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4908/2022-PGJ, DE 4.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Antonio Carlos Garcia de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos Autos nº 0802736-55.2018.8.12.0021, em trâmite na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4911/2022-PGJ, DE 4.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Conceder à 1ª Promotora de Justiça de Naviraí, Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, licença para elaboração e qualificação da dissertação de curso de pós-graduação *stricto sensu*, programa de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com prejuízo de suas funções, pelo prazo de 3 (três) meses, a partir de 26.9.2022, nos termos do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 1/2016-CSMP, de 20.9.2016; e tornar sem efeito a Portaria nº 4781/2022-PGJ, de 26.9.2022 (PGA nº 09.2022.00001333-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4909/2022-PGJ, DE 4.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Água Clara, Felipe Almeida Marques, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a audiência dos Autos nº 0801517-32.2021.8.12.0011, em trâmite na 1ª Vara Cível da comarca de Coxim, no dia 4.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4953/2022-PGJ, DE 4.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Substituto Murilo Hamati Gonçalves 2 (dois) dias de compensação nos dias 3 e 4.11.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 23 e 24.10.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4951/2022-PGJ, DE 4.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniella Costa da Silva 2 (dois) dias de compensação nos dias 13 e 14.10.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 14.7 e 24.8.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4972/2022-PGJ, DE 5.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 6 (seis) dias de compensação de plantão ao Procurador de Justiça Antonio Siufi Neto, que seriam usufruídos nos períodos de 30.9 a 5.10.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00009056-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4998/2022-PGJ, DE 5.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior 15 (quinze) dias de licença-paternidade, a partir de 30.9.2022, e 5 (cinco) dias, em prorrogação, nos termos dos artigos 139, inciso VI, e 154 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 153, de 6.7.2011, e da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017; e suspender, no período de 30.9 a 19.10.2022, os efeitos da Portaria nº 713/2019-PGJ, de 26.2.2019, que concedeu ao membro licença para exercer o cargo de Presidente de Associação Representativa de Classe.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4926/2022-PGJ, DE 4.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Bianca Karina Barros da Costa, atualmente exercendo o cargo de Secretária-Geral do Ministério Público, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Chefia de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça nos dias 13, 14 e 21.10.2022 e no período de 31.10 a 3.11.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4894/2022-PGJ, DE 3.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4813/2022-PGJ, de 28.9.2022, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de outubro de 2022, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO (99312-5218)
13 (19h01min) a 19.10.2022 (11h59min)	2ª	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	98147-1152

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO (99312-5218)
13 (19h01min) a 19.10.2022 (11h59min)	6ª	Jui Bueno Nogueira	98403-5333

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4864/2022-PGJ, DE 30.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4814/2022-PGJ, de 28.9.2022, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de outubro de 2022, de forma que:

• onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
1º e 2.10.2022	3ª PJ de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati	98478-2027
22 e 23.10.2022	2ª PJ de Nova Andradina	Paulo Leonardo de Faria	98478-2048
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
8 a 12.10.2022	PJ de Iguatemi	Andre Luiz de Godoy Marques	99144-2018

• passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
1º e 2.10.2022	2ª PJ de Nova Andradina	Paulo Leonardo de Faria	98478-2048
22 e 23.10.2022	3ª PJ de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati	98478-2027
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
8 a 12.10.2022	PJ de Iguatemi	Andre Luiz de Godoy Marques	99248-0006

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4963/2022-PGJ, DE 5.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues 2 (dois) dias de compensação nos dias 13 e 14.10.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 15 a 22.3.2021 e 2 a 9.5.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4901/2022-PGJ, DE 3.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 14 (quatorze) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, que seriam usufruídos no período de 12 a 25.9.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00009047-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4974/2022-PGJ, DE 5.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Ribas do Rio Pardo, George Zarour Cezar, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara da comarca de Aparecida do Taboado no dia 6.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4975/2022-PGJ, DE 5.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Murilo Hamati Gonçalves para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências do Juizado Especial Adjunto da comarca de Coxim no dia 4.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4976/2022-PGJ, DE 5.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 8º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências dos Autos nº 0013934-48.2019.8.12.0002 e 0001383-36.2019.8.12.0002, na 3ª Vara Criminal da comarca de Dourados, no dia 21.9.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4903/2022-PGJ, DE 3.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 15 (quinze) dias de compensação de plantão à Promotora de Justiça Janeli Basso, que seriam usufruídos no período de 26.9 a 10.10.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00009057-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4977/2022-PGJ, DE 5.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências do Juizado Especial Adjunto da comarca de Naviraí no dia 3.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4978/2022-PGJ, DE 5.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Gerson Eduardo de Araújo, Marcos Roberto Dietz, Tiago Di Giulio Freire e Antenor Ferreira de Rezende Neto para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos autos do Inquérito nº 1601166-64.2018.8.12.0000, em trâmite perante a 3ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4996/2022-PGJ, DE 5.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Nova Andradina, Fabrício Secafen Mingati, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Ivinhema no dia 6.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4979/2022-PGJ, DE 5.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Deodápolis, Anthony Allison Brandão Santos, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Angélica no dia 6.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4997/2022-PGJ, DE 5.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Jardim, Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara da comarca de Camapuã no dia 5.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5002/2022-PGJ, DE 5.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-519/2022-PGJ, de 18.5.2022, que concedeu férias à Promotora de Justiça Helen Neves Dutra da Silva, de forma que, onde consta: “17 a 26.10.2022”; passe a constar: “17 a 21.10.2022”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5009/2022-PGJ, DE 5.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 73º Promotor de Justiça de Campo Grande, Julio Bilemjian Ribeiro, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 23ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 8 e 14.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Regina Dornte Broch.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5008/2022-PGJ, DE 5.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 66º Promotor de Justiça de Campo Grande, Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 24ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 13 a 16.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva; e revogar, a partir de 13.10.2022, a Portaria nº 4680/2022-PGJ, de 20.9.2022, que designou a Promotora de Justiça Regina Dornte Broch.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4905/2022-PGJ, DE 3.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes, que seriam usufruídos no período de 3.10 a 1º.11.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00009089-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 4928/2022-PGJ, DE 4.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 17º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara Criminal da comarca de Naviraí no dia 5.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4927/2022-PGJ, DE 4.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 66º Promotor de Justiça de Campo Grande, Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisor das Promotorias de Justiça Criminais da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 15.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4929/2022-PGJ, DE 4.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 58ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Paula da Silva Volpe, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 3ª Vara do Juizado Especial Central (1) da referida Comarca no dia 6.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4925/2022-PGJ, DE 4.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 67º Promotor de Justiça de Campo Grande, Paulo César Zeni, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 32ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 13 e 14.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Daniella Costa da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4924/2022-PGJ, DE 4.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Campo Grande, Kristiam Gomes Simões, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 8ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 13 e 14.10.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4923/2022-PGJ, DE 4.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 67º Promotor de Justiça de Campo Grande, Paulo César Zeni, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 76ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 13 e 14.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti; e tornar sem efeito a Portaria nº 4759/2022-PGJ, de 23.9.2022, que designou a Promotora de Justiça Daniella Costa da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4950/2022-PGJ, DE 4.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto 2 (dois) dias de compensação nos dias 21.10 e 3.11.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 25.7 a 1º.8.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4949/2022-PGJ, DE 4.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto 4 (quatro) dias de férias compensatórias nos dias 13, 14 e 31.10 e 1º.11.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2021 a 6.1.2022, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4965/2022-PGJ, DE 5.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo 2 (dois) dias de férias compensatórias nos dias 20 e 21.10.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2018 a 6.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4964/2022-PGJ, DE 5.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo 4 (quatro) dias de compensação no período de 4 a 7.10.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 9 a 12.10 e 31.10 a 2.11.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4933/2022-PGJ, DE 4.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 15 (quinze) dias de compensação de plantão à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, que seriam usufruídos nos períodos de 13 a 22.9.2022 e 26 a 30.9.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00009118-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4967/2022-PGJ, DE 5.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria 5 (cinco) dias de compensação no período de 17 a 21.10.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 13 a 17.2.2021 e nos dias 27 e 28.2 e 20 e 21.3.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4966/2022-PGJ, DE 5.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria 2 (dois) dias de férias compensatórias nos dias 13 e 14.10.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2020 a 6.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5003/2022-PGJ, DE 5.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4814/2022-PGJ, de 28.9.2022, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de outubro de 2022, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL			
8 a 12.10.2022	PJ de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	99826-2127 99938-8388

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL			
8 a 12.10.2022	PJ de Nova Alvorada do Sul	Maurício Mecelis Cabral	99825-0691

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4881/2022-PGJ, DE 30.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Diogo Banzer da Motta para exercer o cargo em comissão de Diretor de Secretaria, símbolo MPDS-103, na função de Diretor da Secretaria do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011; e considerá-lo exonerado do cargo de Chefe de Departamento.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4899/2022-PGJ, DE 3.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais das Atas de Registros de Preços nºs 35/PGJ/2022, 36/PGJ/2022, 37/PGJ/2022, 38/PGJ/2022 e 39/PGJ/2022, conforme segue: 1) Gestor – Caio Ferreira Campos, Chefe de Núcleo; 1.1) Suplente – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo; 2) Fiscal Técnico – Paulo Matias Guimarães, Técnico II; 2.1) Suplente – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I (PGA nº 09.2021.00005957-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4937/2022-PGJ, DE 4.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 139/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico/Requisitante – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura (PGA nº 09.2022.00008922-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4954/2022-PGJ, DE 4.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais dos Contratos nºs 132/PGJ/2022, 133/PGJ/2022, 134/PGJ/2022, 135/PGJ/2022 e 136/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Angelo Maia Marcelo Pirani, Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia; 3.1) Suplente – Jorge Antonio Arantes Vilela, Chefe da Divisão de Banco de Dados (Processo PGJ/10/2212/2021).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5014/2022-PGJ, DE 6.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 122/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativa – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 2.1) Suplente – Jair Junqueira da Cunha, Técnico II; 3) Fiscal Técnico – Thyago Gonçalves Vieira, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo da ESMP; 3.1) Suplente – Bruna Natielly Dutra Santana, Assessora Jurídica (PGA nº 09.2022.00006649-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1128/2022/PGJ, DE 6.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Marcos Alex Vera de Oliveira, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	16 a 25.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1130/2022/PGJ, DE 6.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1131/2022/PGJ, DE 6.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Janeli Basso, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1132/2022 - PGJ, DE 6.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Regina Dornte Broch 12 (doze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 4 a 15.10.2022, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1129/2022/PGJ, DE 6.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Luis Alberto Safraidier, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1133/2022 - PGJ, DE 6.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação, no período de 17.9 a 16.10.2022, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1134/2022 - PGJ, DE 6.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Luciana do Amaral Rabelo 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, nos dias 29 e 30.9.2022, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1135/2022/PGJ, DE 6.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	23.1 a 1.2.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 4948/2022-PGJ, DE 4.10.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Dálete de Oliveira Cáceres, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 4ª Promotoria de Justiça de Corumbá, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 6ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 28.9 a 7.10.2022, em razão de afastamento do servidor Fabio Castro dos Santos, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1136/2022/PJ, DE 6.10.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Giselle Machado Costa Fasolo, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 2 a 11.5.2023 e de 11 a 20.9.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1137/2022/PJ, DE 6.10.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Simone Santana Aragão Martins, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.11.2022 e de 3 a 12.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.1 a 1º.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1138/2022/PJ, DE 6.10.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Wanderley Ferreira da Silva, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 18.1.2023 e de 20 a 29.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1139/2022/PGJ, DE 6.10.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Waléria Silva Leite, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 27.2 a 8.3.2023 e de 10 a 19.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.11.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018- PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1140/2022/PGJ, DE 6.10.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Elizângela Cristina Paes da Silva, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 7 a 16.12.2022 e de 10 a 19.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1141/2022/PGJ, DE 6.10.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Paulo Sérgio Acunha, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 16.11 a 15.12.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018- PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**COMISSÃO DE CONCURSO****EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – PÓS RECURSO**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PÓS RECURSO do **XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, aberto pelo Edital nº 1/2022/COC/MPMS, nos seguintes termos:

Art. 1º Após a análise dos recursos impetrados contra o Edital de Deferimento e Indeferimento das solicitações de isenção da taxa de inscrição e seus Anexos I e II, ficam **DEFERIDAS** as seguintes solicitações de isenção da taxa de inscrição:

TIPO DE ISENÇÃO: DESEMPREGADO	
Nome	Inscrição
FABRÍCIO LÉLIS PINHEIRO RÊGO	3950000421
DANIELA DE CAMARGO MELLO	3950001027
JOYCE SEHABER GERMENDORFF	3950001270
TIPO DE ISENÇÃO: DOADOR DE SANGUE	
Nome	Inscrição
ARY BRITES JUNIOR	3950001308

Art. 2º Ficam **MANTIDOS** os demais deferimentos contidos no **Anexo I** do Edital de Deferimento das Inscrições, divulgados no DOMPMS nº 2.757, de 28/9/2022, nos endereços eletrônicos www.mpms.mp.br e www.institutoaocp.org.br.

Art. 3º Ficam **INDEFERIDAS** as demais solicitações de isenção da taxa de inscrição, contidas no **Anexo II** do Edital de Indeferimento das solicitações de isenção da taxa de inscrição, divulgados no DOMPMS nº 2.757, de 28/9/2022, nos endereços eletrônicos www.mpms.mp.br e www.institutoaocp.org.br.

Art. 4º Os candidatos que recorreram contra o indeferimento de sua solicitação de isenção da taxa de inscrição poderão consultar a resposta do recurso no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, por meio do link Consultar resposta do recurso contra o indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição.

Art. 5º Os candidatos que tiveram indeferidos os pedidos de isenção da taxa de inscrição, poderão efetuar uma nova inscrição nos moldes do subitem 4.14.2 do Edital nº 1/2022/COC/MPMS, que assim estabelece: “*Se, após a análise do recurso, permanecer a decisão de indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição, o candidato poderá acessar o endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, até as 23h59min do dia 17/10/2022, realizar uma nova inscrição, gerar o boleto bancário e efetuar o pagamento até o seu vencimento para participar do certame.*”

Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 6 de outubro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Comissão de Concurso

**CONSELHO SUPERIOR****PAUTA DA 19ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2022.****1. Expedientes:****1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003859-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003856-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002971-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00004758-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005499-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003857-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006769-2.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006821-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006532-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003314-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008186-5.

3. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003250-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003800-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001179-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003514-9.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006892-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00004933-9.

5. 76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007598-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003191-0.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000081-5.

7. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003528-1.

8. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000589-1.

1.2. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Civis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**1.2.1. CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00009206-2:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00002324-8.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00002326-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001662-9.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000982-1.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000951-0.

25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000120-7.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000695-0.

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000352-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000766-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000821-5.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000869-2.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000858-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000492-3.

1.2.2. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JUNIOR:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00009210-7:****Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00002367-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2017.00002408-0.

16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001705-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000901-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000461-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000524-0.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000649-4.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000648-3.



Inquérito Civil nº 06.2021.00000672-8.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000636-1.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000718-2.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000822-6.

1.2.3. CONSELHEIRO AROLDO JOSÉ DE LIMA:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00009214-0:

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001191-2.

16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001336-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000434-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000978-7.

7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000277-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000545-1.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000546-2.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000725-0.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000799-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000810-4.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000917-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000614-3.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000536-2.

1.2.4. CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00009211-8:

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002109-8.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000929-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000528-4.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000627-2.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000484-1.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000666-1.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000768-2.

50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000809-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000534-4.

1.2.5. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00009212-9:****Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00000558-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001564-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001750-6.

3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001879-3.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000882-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000986-5.

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001226-0.

7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000229-8.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000575-1.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000604-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000734-9.

31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000751-6.

**Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000820-4.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000860-4.

30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000536-6.

1.2.6. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00009205-1:****2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00001065-3.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2017.00001906-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2017.00001987-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001567-4.

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000969-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000987-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001014-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000117-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000331-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000529-5.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000753-8.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000779-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000793-8.

49ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000505-5.

**1.2.7. CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00009213-0:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00002103-9.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001874-9.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002034-4.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000870-4.

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000967-6.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001139-3.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000511-8.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000555-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000002-3.

7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000295-4.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000376-4.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000589-5.

4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000873-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000979-1.

2. Ordem do dia:**2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001180-1 – SIGILOSO**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Advogado: Marcelo Tavares Siqueira – OAB/MS nº 12.320.

Retirado da sessão virtual de julgamento em 15.8.2022, a pedido do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00001234-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Marcos Paulo Martins e outro

Assunto: Apurar desmatamento ilegal de 0,98 ha, em área integrante do Bioma de Mata Atlântica, na Fazenda Primor, localizada em Amambai/MS.

**3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000400-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nilson Lima

Assunto: Apurar desmatamento de 111,08 hectares em bioma de Cerrado, na Fazenda "Minha Mãe", em Porto Murtinho, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 397/17/NUGEO (Cervo-do-Pantanal) e Parecer nº 136/20/CEIPPAM. Apurar desmatamento de 148,94 hectares em bioma de Cerrado, na Fazenda Minha Mãe, em Porto Murtinho, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer 656/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000462-0 – SIGILOS

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000675-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Laudemir Pelaquim e Rubens Alves dos Santos

Assunto: Apurar a supressão de 4,66 hectares de Reserva Legal e 2,89 hectares em Área de Preservação Permanente, bem como a falta de, aproximadamente, 17,88 hectares para a composição de Reserva Legal na Fazenda "Cantinho do Céu", em Angélica/MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000765-0 – SIGILOS

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coronel Sapucaia

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000926-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade em contratações realizadas pela Câmara Municipal de Terenos/MS, para serviços de multimídia.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001644-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Redomão, Aramis Galeano Brandão

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel "Fazenda Redomão" de propriedade de Aramis Galeano Brandão e outra, às margens do Rio Apa.

2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001432-8 – SIGILOS**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

2. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000610-0

2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Aquidauana

Requerente: Asilo São Francisco

Requerido: Município de Aquidauana

Assunto: Apurar as condições de conservação e habitabilidade do prédio onde funciona o Asilo São Francisco.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000823-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerido: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a efetividade da Lei Municipal nº 3513/2006 que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Ponta Porã, especificamente com relação à estruturação e eficiência dos órgãos administrativos incumbidos de operacionalizar referido sistema municipal de proteção.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.

**4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000519-4**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Miranda

Assunto: Apurar suposto favorecimento à empresa Adão Cavaglieri-ME nas contratações municipais destinadas à prestação desserviço de transporte escolar.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001468-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Prefeito Municipal de Bela Vista-MS e Diretora do Hospital São Vicente de Paula

Assunto: Apurar improbidade do Prefeito Municipal e da Diretora do Hospital São Vicente de Paula quanto à má utilização do repasse municipal no mencionado nosocômio - Originalmente apurados nos autos do IC 26/2015.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000907-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Wilson Mendonça Estadulho e Paulo Severino

Assunto: Analisar a ocorrência de desmatamento irregular na “Fazenda Garrote”, pertencente a Wilson Mendonça Estadulho, tendo em vista informações aquilatadas, via satélite, pelo Núcleo de Geotecnologias do Parquet Guaicuru, que observou alterações florestais anormais em 68.103 ha do imóvel.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000549-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lucas Miotto

Assunto: Recuperação das áreas degradadas decorrentes da supressão de 3,15 hectares em área de Reserva Legal, integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Canaã, em Iguatemi/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 75/22/NUGEO.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001639-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Fazenda Santa Cruz, Alex Maldonado Correa

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Santa Cruz de propriedade de Alex Maldonado Correa e outros, às margens do Rio Apa.

9. Recurso em Notícia de Fato n. 01.2022.00001489-8 – SIGILOSO

17ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Dourados

Advogado: Thiago Bravo Branquino – OAB/MS nº 14.631.

2.1.3. RELATORA-CONSELHEIRA ESTHER SOUSA DE OLIVEIRA:**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00004575-8**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Recorrente: Danieli Nogueira da Silva

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventual desrespeito às pessoas com deficiência no concurso público SAD/SES/MS.

Advogada: Andressa Alves Garcia Lopes – OAB/MS nº 22.102.

Procurador do Estado: Márcio André Batista de Arruda

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000873-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. – SANESUL e Município de Aral Moreira

Assunto: Apurar o descumprimento da Lei Federal n. 11.445/2007 e Decreto Federal n. 7.217/2010 pelo Município de



Aral Moreira e pela Empresa de Saneamento Básico de Mato Grosso do Sul – SANESUL, em razão da precariedade da concessão da exploração do serviço de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário sem prévia licitação e sem observância das metas definidas no respectivo plano municipal de saneamento básico.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001579-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jeferson Luiz Tomazoni – Prefeito Municipal

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa decorrente de omissão do Chefe do Poder Executivo municipal na revisão decenal do Plano Diretor do Município de São Gabriel do Oeste/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000702-7

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Antônio João

Assunto: Apurar possível descumprimento dos padrões mínimos de qualidade exigidos no índice do IDEB, pela educação fundamental do Município de Antônio João.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001232-0

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar invasão irregular de área situada na rua Salesópolis, no trecho entre a rua Caim e Reino Unido, bairro Jardim Inápolis, nesta Capital, bem como apurar eventual remoção de resíduos de demolição detectados.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00000548-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa imputado ao Prefeito de Bandeirantes/MS, em razão de notícia de fraude à licitação ocorrida no primeiro semestre de 2017.

Advogada: Juliana Freitas Corrêa – OAB/MS nº 17.572.

7. Inquérito Civil nº 06.2016.00000863-2

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antônio Carlos Videira, Gerson Schaustz, José Jorge Leite Filho e Murilo Zauith

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa consistentes na contratação de prestador de serviços para reforma da 1ª Delegacia de Polícia de Dourados, sem o prévio e devido procedimento licitatório e com ausência de pagamento pelos serviços prestados.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00000895-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Santana Lopes Dantas

Assunto: Apurar risco à saúde dos moradores do bairro Santa Terezinha, no município de Vicentina/MS, em razão da exposição a suposto uso inadequado de agrotóxicos no imóvel registrado sob matrícula n. 14.115, de Santana Lopes.

9. Inquérito Civil nº 06.2021.00001148-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Rincão

Assunto: Apurar dano ambiental consistente na destruição de 0,76 hectares de APP, desmatamento de 25,97 hectares de vegetação nativa, bem como desmatamento de 0,73 hectares de Área destinada à Reserva Legal, ocorridos na Fazenda Rincão, localizada em Caracol/MS, conforme Parecer nº 433/17/NUGEO e Relatórios 002, 003 e 004/2ºGPMA/BPMA/2021.

**2.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO AROLDO JOSÉ DE LIMA:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000704-8**

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD

Requerido: Município de Dourados.

Assunto: Apurar possível irregularidade urbanística consistente na falta de manutenção da estrada de terra que dá acesso à Mata do Azulão, situada na Fazenda Coqueiro, perímetro urbano deste município de Dourados/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001190-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Bela Vista

Assunto: Apurar supostas irregularidades no Processo Administrativo n. 077/2017 - Pregão Presencial n. 34/2017, vencido pela empresa S.H Informática.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001601-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Carlos Gomes Arguelho

Assunto: Apurar possível dano ambiental ocorrido na Fazenda Sombra das Serras, de propriedade de João Carlos Gomes Arguelho, localizada neste Município de Nioaque/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002108-7

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Dourados

Assunto: Apurar o cumprimento da Lei Complementar nº 131/09, de 27/05/2009 (Lei da Transparência) pela Câmara Municipal de Dourados, nos termos do IC 03/2013/PJPPS/DD.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002212-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Maxiano Eder Diniz

Assunto: Apurar possível dano ambiental ocorrido na Colônia Padroeira do Brasil, Lote 11, Gleba 17, em Nioaque, de propriedade de Maxiano Eder Diniz.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000384-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Às de Ouro, Espólio de José Atanásio Lemos Neto.

Assunto: Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 42,76 hectares de floresta nativa na propriedade denominada Fazenda Às de Ouro.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000788-2

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Hospitais de Campo Grande

Assunto: Apurar a segurança dos pacientes nos hospitais de Campo Grande/MS por meio do funcionamento efetivo das Comissões de Controle de Infecção Hospitalar – CCIH, bem como constatar a eficácia das medidas de prevenção de infecções por organismos multirresistentes em serviços de saúde da capital, especialmente nas UTIs COVID dos hospitais públicos, privados e conveniados ao SUS de Campo Grande/MS.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000107-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Verde de Mato Grosso



Assunto: Apurar eventual irregularidade na aplicação dos recursos recebidos de emendas parlamentares direcionadas à saúde pública no ano de 2020, pelo Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, para atender ao projeto de equoterapia, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), havendo possível desvio de finalidade no emprego dos equipamentos adquiridos, bem como falhas no controle patrimonial.

9. Inquérito Civil nº 06.2016.00001363-5 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ponta Porã

10. Inquérito Civil nº 06.2021.00000665-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Laudemir Pelaquim e Rubens Alves dos Santos

Assunto: Apurar déficit de 50,11 hectares para composição de Reserva Legal, 17,37 hectares de ausência de vegetação em Reserva Legal e 11,89 hectares de Preservação Permanente, na Fazenda Santa Isabel, em Angélica/MS.

11. Inquérito Civil nº 06.2021.00000296-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Antonio de Faria, Elisângela Alves Faria, Ricardo Alves Faria, Ronaldo Alves Faria

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Santa Terezinha, decorrente da existência de processos erosivos em áreas antropizadas e gado apascentado em área de preservação permanente, conforme Autos de Infrações n. 5.857 e 5.890 e Relatório de Vistoria n. 34/2º Pel. 3ª Cia PMA/2020.

Advogado: Jaime Monsalvarga – OAB/SP nº 36.489

12. Inquérito Civil nº 06.2018.00003133-0 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001458-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Calcário Bela Vista - Ltda

Assunto: Apurar eventual dano ambiental e desrespeito à licença de operações ambiental pela empresa de Calcário Bela Vista, pela suspensão de poeira na estrada da Caieira causada pelo intenso trânsito de caminhões (originalmente apurados nos autos do IC 57/2014).

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000446-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Moradores Residencial Jardim Oliveira

Requerido: Município de Cassilândia

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais e à saúde da coletividade em decorrência do acúmulo de lixo em terrenos baldios do "Residencial Jardim Oliveira".

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000595-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Fazenda Tereré do Apa

Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 35,81 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Tereré do Apa em Bela Vista/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000767-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Alberto José Patzold e Euilce de Lurdes Gelinski Patzold

Assunto: Apurar desmatamento de 49,55 hectares, sendo 35,43 hectares em área de cerrado e 14,12 em área de Mata



Atlântica, na Fazenda Pó de Ouro, em Bodoquena/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 121/17/NUGEO (Operação Cervo do Pantanal – 2013/2015).

Advogadas: Krysth H. F. Souza Fraga Jacob de Oliveira – OAB/MS nº 22.981 e Michelle Cristina de Oliveira – OAB/MG nº 14.332.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000035-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba

Requerido: Cemy Domingos da Silva

Assunto: Apurar a regularidade jurídica ambiental referente à danos de processos erosivos, com presença de voçoroca e exposição do lençol freático, em Área de Preservação Permanente, no Sítio Velhacaria, em Paranaíba, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Informações Complementares nº 026/2ºPEL/6ªCIA/BPMA/2021.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000090-5 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000577-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ivon Carlos Casagrande

Assunto: Apurar a supressão de 8,87 hectares em área remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Casagrande, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 313/21/NUGEO.

2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000044-9

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Município de Três Lagoas e Kasasco Comunicação Visual Ltda.

Assunto: Apurar a ilegalidade na doação do imóvel Matrícula nº 4917 pelo Município de Três Lagoas à empresa Kasasco Comunicação Visual Ltda., em razão do descumprimento de encargo.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002432-9

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar notícia indicativa de elevada mortandade de abelhas na região de Dourados/MS, possivelmente decorrente de aplicações irregulares de agrotóxicos nas proximidades dos apiários.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001067-2

3ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar falha no atendimento às regras de segurança pela ausência de obtenção do certificado de vistoria do Corpo de Bombeiro Militar de Mato Grosso do Sul (CBMMS) por parte das Escolas Estaduais situadas no Município de Amambai.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001114-9

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Rocha e Ieffet Ltda ME (Sushi Tai)

Assunto: Apurar a prática de poluição sonora e ausência de licenciamento ambiental do restaurante “Sushi Tai”, localizado neste município, a fim de obstar danos ambientais.

**5. Inquérito Civil nº 06.2020.0000962-1**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Edilson José Beltramin

Assunto: Apurar a abertura de drenos, sem autorização do órgão ambiental competente na Fazenda Tuiuiú, localizada no Município de Guia Lopes da Laguna, pelo arrendatário Edilson José Beltramin.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000386-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Matheus Specian Fiani e Renato Specian Fiani

Assunto: Apurar o desmatamento de 1,66 ha de vegetação nativa, na Fazenda Vê Fiani, em Pedro Gomes MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 590/17/Nugeo e Parecer n. 330/21/CEIPPAM.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000490-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Marfiza Cândida Franco de Oliveira Vilela.

Assunto: Apurar a ausência de 87,29 hectares para a composição da Reserva Legal na Fazenda Planalto, em Angélica.

8. Inquérito Civil nº 06.2021.00001089-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Reynaldo Domingues

Assunto: Apurar a suposta ocorrência de desmatamento ilegal da vegetação nativa em 201,82 hectares, na Fazenda Fortuna, situada em Rio Verde de Mato Grosso/MS e de responsabilidade de Reynaldo Domingues, nos termos do Parecer 62/2021/NUGEO do Programa DNA Ambiental.

2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000170-4**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Leonardo Nicaretta

Assunto: Apurar possível irregularidade praticada pelo Procurador Jurídico do Município de Terenos/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000638-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual desvio de verba do Fundo Municipal de Saúde do Município de Vicentina/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001744-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Everaldo France Bianchini

Assunto: Apurar a ocorrência de desmatamento de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente, no imóvel rural não nominado, de propriedade de Everaldo France Bianchini, no município de Anastácio (MS).

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000559-1

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Selvíria/MS

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na contratação pela Prefeitura de Selvíria de empresa para realização de pesquisa.

**5. Inquérito Civil nº 06.2019.00001751-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos de Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Vilma de Carvalho Melo

Assunto: Apurar informações sobre o desmatamento, possivelmente ilegal, de 10,56 ha, denominado ID 330 no arquivo digital, ocorrido na Fazenda Esperança, localizada em Dois Irmãos do Buriti/MS, conforme parecer n. 324/19/Nugeo (Programa DNA Ambiental 2016-2017).

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000370-9 – SIGILOSO

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000725-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Casa Onze Premium Bar e Paulo Dartagnam Gomes Monteiro

Assunto: Apurar o cumprimento da legislação municipal pelo estabelecimento requerido e por seu proprietário em razão de poluição sonora e perturbação da tranquilidade decorrente do funcionamento do comércio sem as medidas preventivas necessárias ao desenvolvimento da atividade, causando, desta forma, prejuízo ambiental e à paz pública.

2.1.8. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000404-8**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados e Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar as causas da ausência da prestação do serviço de Uretrocistografia na rede pública de saúde em Dourados.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000165-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Liz Mara Cáceres Gimenez

Assunto: Apurar a responsabilidade pelo dano ambiental causado em área de preservação permanente da Fazenda São Luiz (ou Chácara São Luiz), no Município de Bela Vista/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000831-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Brasilândia

Assunto: Apurar eventual irregularidade no processo licitatório de nº 572, na modalidade pregão presencial, que tem como objeto a aquisição de sistema de ensino apostilado para ensino infantil, fundamental e língua estrangeira (inglês).

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000011-2 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

AVISO Nº 69/2022/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001356-5 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **Advogado: Gustavo Vieira de Mello, OAB/MS nº 12.804.**

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001599-6 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque



- Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ilegalidade ou inconstitucionalidade na aprovação da Lei 01/2016, notadamente quanto à regularidade do aumento do subsídio bem como sua viabilidade orçamentária. (IC nº 09/2016, migrado para o SAJMP).

3) Inquérito Civil nº 06.2019.00000027-4 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

4) Inquérito Civil nº 06.2019.00000060-8 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Belmiro José Fantin - Assunto: Apurar irregularidades ambientais na propriedade rural localizada na coordenada geográficas n. WGS 84: 20°46'12.37"S, 56°30'16".10 O, consistente na supressão de 54,0691 hectares de vegetação nativa sem autorização dos órgãos ambientais. (Fazenda Nossa Senhora de Fátima).

5) Inquérito Civil nº 06.2019.00000487-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Armando Soares de Azevedo - Assunto: Apurar a ocorrência de corte de árvores (ipê) em floresta considerada de preservação permanente, na Chácara Ouro Verde, localizada no Assentamento Andalúcia (lote 116), em Nioaque/MS, sem permissão da autoridade competente (art. 39 da Lei nº 9.605/98).

6) Inquérito Civil nº 06.2019.00000879-9 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: João Alexandre Teixeira Dutra - Assunto: Apurar o uso indevido de veículos da Secretária Municipal de Saúde de Nioaque pela empresa Magrão Transportes, bem como a manutenção de caminhões particulares da referida empresa pela Prefeitura de Nioaque/MS, inclusive gastos com combustível.

7) Inquérito Civil nº 06.2019.00001139-3 - 11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados - Requerente: Maria Faustina Vilhalva Ramos - Requerido: Silvana Vieira do Nascimento - MEI (Conveniência e Tabacaria RR) - Assunto: Apurar a prática de desordem, algazarra e barulho decorrentes da atividade de venda de bebidas alcoólicas da Conveniência e Tabacaria RR, em ofensa às normas do Código de Posturas Municipal.

8) Inquérito Civil nº 06.2021.00000236-5 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Hermílio Curado - Assunto: Apurar eventual desmatamento de 9,41 hectares de vegetação nativa, em área considerada consolidada e remanescente de vegetação nativa, ocorrido entre 09/06/2016 e 23/11/2017, sem autorização da autoridade ambiental competente, na Fazenda Novo Milênio, localizada neste Município. **Advogado: Marcelo Fernandes de Carvalho, OAB/MS nº 8.547-B.**

9) Inquérito Civil nº 06.2021.00000427-4 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

10) Inquérito Civil nº 06.2021.00000616-1 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Emilio Jose de Almeida Westermann e Terras Empreendimentos Imobiliários SPE 05 Ltda - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 9,64 hectares de vegetação nativa, integrante do Bioma Cerrado, na Fazenda Barra Bonita, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Parecer nº 252/19/NUGEO.

11) Inquérito Civil nº 06.2021.00000682-8 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Romualdo Grefe - Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 0,81 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal, ocorridos na propriedade denominada "Rancho do Preto", localizada em Bonito/MS, constatado pelo Laudo Nugeo nº 016/2020. **Advogado: José Anezi de Oliveira, OAB/MS nº 4.021.**

12) Inquérito Civil nº 06.2021.00000816-0 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

13) Inquérito Civil nº 06.2021.00000823-7 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: André Menezes Vieira - Assunto: Apurar o armazenamento de madeira serrada ou em tora, equivalente a 37 (trinta e sete) tábuas serradas e 33 (trinta e três) palanques de aroeira, na Fazenda Santuário, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 6736 e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 035/4ª CIA/ BPMA/ 2021; e Apurar a supressão de 5 (cinco) árvores nativas da espécie Aroeira, localizadas fora da área de reserva legal averbada, na Fazenda Santuário, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 6748 e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 056/4ª CIA/ BPMA/ 2021; Analisar o auto de infração n. 6736 informando o armazenamento de madeira sem licença dos órgãos ambientais e, ainda, o auto de infração n. 6748 noticiando a supressão de 5 árvores em área de reserva legal.

14) Inquérito Civil nº 06.2021.00000924-7 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerentes: Ministério Público Estadual e a Polícia Militar Ambiental de Bonito/MS - Requerido: Adilson Geib - Assunto: Adotar providências relativas a danos ambientais autuados por meio do Auto de Infração nº 4758, na Fazenda Sertanejo Bonito.



15) Inquérito Civil nº 06.2021.00001035-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Prefeito Municipal de Douradina e Thais Carlos Ponce - Assunto: Apurar eventual injuridicidade consistente na contratação, pela Municipalidade de Douradina, de odontóloga sem prévia realização de concurso público (art. 37, incisos II e IX, da CF5), em vergaste ao contido nos itens 7.2 e 7.3 do edital 001/2018 processo seletivo simplificado -, segundo os quais "os contratos a ser celebrados terão vigência temporária, podendo ser renovados a critério da Administração Municipal por mais um período" (sic) e "os candidatos serão contratados em caráter excepcional e temporário"), haja vista que a contratação (da mesma profissional) foi renovada múltiplas vezes (desde 2018).

16) Inquérito Civil nº 06.2021.00001438-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Rodrigo Haddad Abath - Assunto: Apurar as irregularidades ambientais apontadas na manifestação técnica UNIGEO nº 012/2021 do IMASUL na Fazenda Dois Irmãos, dentre elas, má utilização do solo, e que podem estar contribuindo para o assoreamento do Córrego Olaria.

17) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000153-7 (Sigiloso) - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

18) Inquérito Civil nº 06.2022.00000258-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Autair Barbosa Dias - Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da supressão de vegetação em área de reserva legal na fazenda Alto Alegre e princípio de processo erosivo em área antropizada na fazenda Córrego do Atalho, conforme Auto de Infração nº 6070, Laudo de Constatação nº 12.409, Termo de Paralisação nº 11183 e Relatório de Informações Complementares nº 19/2ºPel/6ª Cia BPMA/2021.

19) Inquérito Civil nº 06.2022.00000310-2 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Alcindo Teodoro de Carvalho - Assunto: Apurar desmatamento de 17,00 hectares em área de Vegetação Nativa, na Fazenda Dois Irmãos, em [Comarca do fato], sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 627/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

20) Inquérito Civil nº 06.2022.00000426-7 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Luiz Gustavo Mazzoni - Assunto: Apurar 0,58 hectares em área de Reserva Legal, ocorrido na Estância Sombra da Serra, localizada em Rio Verde de Mato Grosso.

21) Inquérito Civil nº 06.2022.00000456-7 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fundação Estatal de Saúde do Pantanal - FESP - Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo no âmbito da Fundação Estatal de Saúde do Pantanal FESP.

22) Inquérito Civil nº 06.2022.00000556-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hércules Mandetta Neto - Assunto: Apurar desmatamento de 3,43 hectares declaradas como Remanescente de Vegetação Nativa, na fazenda Baía Morena, em Rio Verde de Mato Grosso.

23) Inquérito Civil nº 06.2022.00000585-5 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Adilson Geib - Assunto: Apurar a regularidade da construção de um empreendimento na Fazenda Sertanejo (Próximo da ponte do Camping Poliana).

24) Inquérito Civil nº 06.2022.00000586-6 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Monique Giordanetti Souza Firmo - Assunto: Apurar possível captação de água de recurso hídrico sem autorização, para fins de encher um açude na Fazenda Monalisa, localizada na estrada que vai para Fazenda São Geraldo.

25) Inquérito Civil nº 06.2022.00000603-2 - 1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Conselho Tutelar de Rio Verde de Mato Grosso/MS - Assunto: Apurar eventual omissão do município de Rio Verde de Mato Grosso em garantir a estrutura necessária para o regular funcionamento do Conselho Tutelar local, conforme o teor do Ofício nº 015/2022/CT.

26) Inquérito Civil nº 06.2022.00000621-0 - Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Porto Murtinho - Assunto: Apuração das irregularidades no fornecimento de transporte aos pacientes com insuficiência renal crônica do município de Porto Murtinho para a realização de hemodiálise em outros Municípios.

27) Inquérito Civil nº 06.2022.00000647-6 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agropecuária Santana Ltda., Zenor Zamban - Assunto: Parecer nº 561/19/Nugeo - DNA Ambiental 2016-2017, Parecer Técnico nº 35/2021-NEA-MS/DITEC-MS/SUPES-MS, Auto de Infração nº SF11X3PT e Parecer nº 476/22/CEIPPAM: buscar a reparação/compensação da supressão de 147,24 hectares de vegetação nativa remanescente, sendo 0,59 hectares de Área de Preservação Permanente, no período de 20/06/2015 a 24/04/2017, no interior do imóvel rural Fazenda Santana, pertencente a Agropecuária Santana LTDA., representada por Zenor Zamban, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.



28) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000817-4 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas - Requerentes: Ministério Público Estadual e Keila Renara Ratier Almeida - Requerida: Prefeitura Municipal de Sete Quedas - Assunto: Apurar a prática de eventual ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente na contratação temporária, em tese, ilegal de Thais Hara Ribeiro para exercício do cargo de Enfermeira.

Campo Grande, 5 de outubro de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO
Procuradora de Justiça
Secretária do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

AVISO Nº 014/2022-SGP

XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICA** a **DECADÊNCIA** do direito de serem empossados dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do AVISO Nº 001/2022/CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no DOMP nº 2.654, de 28 de abril de 2022, uma vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados no Aviso de Convocação nº 012/2022-SGP, publicado no DOMP nº 2.737, de 30 de agosto de 2022; e no Aviso de Convocação nº 013/2022-SGP, publicado no DOMP nº 2.740, de 02 de setembro de 2022:

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
CAMPO GRANDE	PÓS-GRADUAÇÃO - ARQUITETURA E URBANISMO	JULLIANY MELO LEAL	4º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO	ROBERTO ZIRBES HERNANDES	12º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO	RAFAELLA DAS NEVES CORREA	13º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	AUGUSTO HIDE SAKIHAMA	5º
CAARAPÓ	ENSINO MÉDIO	DANIELE LOPES MIRANDA	1º
COXIM	ENSINO MÉDIO	JÉSSICA ALBRES NOGUEIRA	9º

Campo Grande, 06 de outubro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**AVISO Nº 015/2022-SGP****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICA** a **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** do direito de serem empossados dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do AVISO Nº 001/2022/CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no DOMP nº 2.654, de 28 de abril de 2022; e convocados pelo Aviso de Convocação nº 012/2022-SGP, publicado no DOMP nº 2.737, de 30 de agosto de 2022; e pelo Aviso de Convocação nº 013/2022-SGP, publicado no DOMP nº 2.740, de 02 de setembro de 2022:

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
CAMPO GRANDE	PÓS-GRADUAÇÃO - ARQUITETURA E URBANISMO	BÁRBARA DE BRITO FLORES	3º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	LUCAS HOLSBACK MENEGUCCI	4º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	GUILHERME CANDIDO DE SA	6º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	JOÃO PEDRO DE MELO ROBERTO	3º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - ENGENHARIA ELÉTRICA	LUIZ FELIPE DA ROCHA SANTOS	3º
CASSILÂNDIA	ENSINO MÉDIO	VITOR MIGUEL LOURENÇO CARNEIRO	3º

Campo Grande, 06 de outubro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

AVISO Nº 016/2022-SGP**XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICA** a **DESISTÊNCIA** do direito de serem empossados dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do AVISO Nº 001/2022/CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no DOMP nº 2.654, de 28 de abril de 2022; e convocados pelo Aviso de Convocação nº 012/2022-SGP, publicado no DOMP nº 2.737, de 30 de agosto de 2022; e pelo Aviso de Convocação nº 013/2022-SGP, publicado no DOMP nº 2.740, de 02 de setembro de 2022:

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
CAMPO GRANDE	PÓS-GRADUAÇÃO - ENGENHARIA CIVIL	EDUARDO WELINGTON STOCCO	4º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	VINICIUS MARTINS DE SOUZA	3º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	JOÃO VITOR NANTES DA SILVA MATOS	4º
TRÊS LAGOAS	ENSINO MÉDIO	KEILLYANE DIAS ALVES	11º

Campo Grande, 06 de outubro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00006268-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA**, representada por **Alan Moraes Viegas**.

Procedimento licitatório: Contratação direta por inexigibilidade.

Amparo legal: Artigo 58, inciso I, e artigo 60, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Corrigir, por erro material, a descrição do item 1, constante no Anexo I – Detalhamento, do Contrato nº 107/PGJ/2022.

Vigência: 06.10.2022 até 10.08.2023.

Data de assinatura: 06 de outubro de 2022.

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 58/PGJ/2018

Processo: PGJ/10/3192/2017

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CLARO S.A.**, representada por seu Gerente de Contas, **Giovanni Marques Gamba**.

Licitação: Inexigida, nos termos do artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, e artigo 65, §2º, inciso II, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Supressão no importe de R\$ 14.213,20 (quatorze mil duzentos e treze reais e vinte centavos) do valor mensal contratado; a prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses; e o reajuste do valor contratado, pelo Índice de Serviços de Telecomunicações (IST).

Valor estimado mensal: R\$ 405.787,81 (quatrocentos e cinco mil setecentos e oitenta e sete reais e oitenta e um centavos).

Vigência: 10.10.2022 a 10.10.2023.

Data de assinatura: 06 de outubro de 2022.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 09.2022.00006541-0

Amparo legal: Artigo 25, inciso II, c/c art. 13, I, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Ordenadora de Despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: **ELIZABETH MADUREIRA SIQUEIRA**

Valor: R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE004647, de 05.10.2022, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Realização do resgate histórico das atividades e ações desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, desde sua criação, compilar e condensar os acontecimentos e personagens simbólicos da história institucional, a partir de um acervo histórico preexistente, trabalho que terá como produto final, a elaboração de um livro comemorativos aos 44 anos do MPMS.

Justificativa: Diante da notória especialização da historiadora Elizabeth Madureira Siqueira, a qual pode ser constatada através de seus diversos trabalhos publicados e de outras contratações levadas a efeito perante outros órgãos públicos. Dessa forma, a escolha específica da profissional em questão encontra amparo na singularidade do serviço oferecido, o que configura a inviabilidade de competição entre os potenciais interessados, justificando, portanto, a inexigibilidade de licitar.

Ratifica: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.

Campo Grande/MS, 5 de outubro de 2022.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0002/2022/29PJ/CGR**

A 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 - Itanhangá Park.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001625-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual superfaturamento e lesão ao erário nos Contratos nº 87/2010, 127/2011, 116/2012, 122/2012, 201/2012 e 290/2012, firmados pelo Município de Campo Grande-MS para manutenção e suporte do sistema de iluminação pública.

Campo Grande/MS, 04 de outubro de 2022.

ADRIANO LOBO VIANA DE RESENDE

Promotor de Justiça

EDITAL N.º 0011/2022/49PJ/CGR.

A 49ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande torna pública a conversão de Procedimento Preparatório para Inquérito Civil n.º 06.2022.00000317-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira, CEP 79.040-240, Campo Grande - MS ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2022.00000317-9.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: União das Câmaras dos Vereadores de Mato Grosso do Sul (UCVMS).

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no âmbito da gestão financeira da União das Câmaras de Vereadores de Mato Grosso do Sul (UCVMS), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.941.195/0001-37.

Campo Grande – MS, 3 de outubro de 2022.

GEVAIR FERREIRA LIMA JR.

Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO Nº 0008/2022/50ªPJ**Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000288-0**

Recomendada: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN/MS.

Finalidade: Acompanhar a adoção de parâmetros para a concessão da visita conjugal ou íntima à pessoa privada de liberdade em estabelecimento penal, nos termos da Resolução CNPCP nº 23, de 4 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis;



CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público fiscalizar a execução da pena, bem como instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos, além de expedir recomendações para a tutela de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que para o exercício da função institucional do art. 129, II, a Lei nº 8.625/1995 estabelece caber ao Ministério Público expedir recomendações, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito (art. 27, parágrafo único, IV);

CONSIDERANDO o teor da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro, destacando sua acentuada utilidade para a autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto na Recomendação n. 0001/2016/CGMP/2016, de 6 de outubro de 2016, a respeito da expedição de recomendações pelos órgãos de execução no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul no âmbito do procedimento administrativo, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como à defesa dos demais interesses, direitos e bens incumbidos ao *Parquet*.

CONSIDERANDO que a Carta de Brasília¹ estabelece, dentre as diretrizes referentes ao Ministério Público, *a adoção de postura resolutiva amparada no compromisso com ganhos de efetividade na atuação institucional, exigindo-se, para tanto, atuação racional do mecanismo de judicialização nos casos em que a via não seja obrigatória e indispensável, devendo o membro analisar se realmente a judicialização é o caminho mais adequado e eficiente para o caso*², além do esgotamento das alternativas de resolução extrajudicial dos conflitos, controvérsias e problemas, com o incremento da utilização dos instrumentos como a Recomendação (...) ³;

CONSIDERANDO que a administração pública tem como princípios basilares encartados no art. 37 da Constituição Federal a “legalidade” e a “eficiência”, de modo que ao Estado administrador incumbe dar efetividade a políticas públicas capazes de controlar a criminalidade, sem se olvidar da necessária estruturação e ao funcionamento do sistema carcerário como um todo, pois a legislação constitucional e infraconstitucional assim o determina;

CONSIDERANDO que é atribuição da 50ª Promotoria de Justiça da capital, precipuamente, promover visitas e inspeções nas unidades prisionais e de segurança pública que mantenham presos em Campo Grande - MS, adotando medidas extrajudiciais e judiciais para proteção dos interesses difusos e coletivos dos presos, com o objetivo de corrigir irregularidades eventualmente detectadas nos estabelecimentos prisionais;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Circular nº 53/2021/CNPP/DEPEN/MJ do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e seu anexo a Resolução nº 23, de 4 de novembro de 2021, encaminhado a esta 50ª Promotoria de Justiça em 8 de dezembro de 2022, o qual Recomenda ao Departamento Penitenciário Nacional e às administrações penitenciárias das unidades federadas a adoção dos parâmetros que estabelece, para a concessão da visita conjugal ou íntima à pessoa privada de liberdade;

CONSIDERANDO o teor da Certidão nº 0996/2022/50PJ/CGR, que encaminhou a resposta apresentada pela AGEPEN, em atenção ao Ofício o n. 008/2022/50PJ/CGR, de 16 de agosto de 2022 (f. 72), contendo informações a respeito da visita conjugal ou íntima das Unidades Prisionais desta Capital;

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da 50ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República/88, artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, e em razão da fiscalização e acompanhamento levados a efeito no Procedimento

1 Acordo celebrado em 22 de setembro de 2016, na ocasião do 7º Congresso de Gestão do CNMP realizado em Brasília-DF, entre a Corregedoria Nacional e as Corregedorias Gerais dos Estados e da União, com o objetivo de modernizar o controle da atividade extrajudicial pelas Corregedorias do Ministério Público, bem como o fomento à atuação resolutiva do MP Brasileiro;

2 Alínea “b”, item 6;

3 Alínea “n”;



Administrativo n. 09.2022.00000288-0⁴, resolve RECOMENDAR à Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN, na pessoa de seu Diretor-Presidente, Aud de Oliveira Chaves, em conjunto com o Diretor do Centro de Triagem Anísio Lima (CTAL) – Adoventino Barbosa da Silva, a Diretora do Estabelecimento Penal Feminino Irmã Irma Zorzi (EPFIIZ) – Mari Jane Boleti Carrilho, o Diretor do Estabelecimento Penal Jair Ferreira de Carvalho (EPJFC) – Mauro Augusto Ferrari de Araujo, o Diretor do Instituto Penal de Campo Grande (IPCG) – Dirceu de Jesus Arruda Coelho, o Diretor do Presídio de Trânsito de Campo Grande (PTRAN) – Etamar Cardoso Cavalheiro, o Diretor da Penitenciária Estadual Masculina de Regime Fechado da Gameleira-I (PEMRFGI) – Maycon Roslen de Melo e o Diretor da Penitenciária Estadual Masculina de Regime Fechado da Gameleira-II (PEMRFGII), que adotem providências quanto à adoção de parâmetros para a concessão da visita conjugal ou íntima à pessoa privada de liberdade em estabelecimento penal, nos termos da Resolução CNPCP n° 23, de 4 de novembro de 2021, com as seguintes medidas cabíveis:

1.Quanto ao Centro de Triagem Anísio Lima (CTAL), Estabelecimento Penal Feminino Irmã Irma Zorzi – (EPFIIZ), Estabelecimento Penal Jair Ferreira de Carvalho (EPJFC), Instituto Penal de Campo Grande (IPCG) e Presídio de Trânsito de Campo Grande (PTRAN):

- 1.1preservação da intimidade da pessoa privada de liberdade e daquela que a visita;
- 1.2 destinação de local reservado ou separado, que evite prática vexatória ou de exposição a outrem;
- 1.3 preservação e higienização do local, que poderá ser atribuída aos presos, sobretudo de maneira a evitar disseminação de doenças e práticas sexuais não seguras;
- 1.4 disponibilização de preservativos (masculino e feminino) e outros insumos necessários à adoção de práticas sexuais seguras;
- 1.5 disponibilização de material educacional que promova a atenção básica para a saúde sexual e reprodutiva;

2. Quanto à Penitenciária Estadual Masculina de Regime Fechado da Gameleira-I (PEMRFG – I) e Penitenciária Estadual Masculina de Regime Fechado da Gameleira-II (PEMRFG - II):

- 2.1 disponibilização de preservativos (masculino e feminino) e outros insumos necessários à adoção de práticas sexuais seguras;
- 2.2 disponibilização de material educacional que promova a atenção básica para a saúde sexual e reprodutiva;

Sendo assim, de acordo com o determinado no art. 1º, da Recomendação n. 0001/2016/CGMP/2016, de 6 de outubro de 2016, a respeito do prazo razoável para atendimento, aguarda-se o prazo de 15 (quinze) dias para os recomendados responderem, por escrito, sobre o atendimento ou não da presente recomendação, informando as providências implementadas ou que pretendem implementar (neste último caso, com cronograma de atividades), em caso positivo.

Os recomendados deverão providenciar, *incontinenti*, a divulgação adequada e imediata da presente recomendação, conforme dispõe o art. 9º, da Resolução CNMP n° 164, de 28 de março de 2017, sem prejuízo da que deverá ser determinada por este *Parquet* no âmbito do Diário Oficial do Ministério Público de Mato Grosso do Sul – DOMP/MS.

Campo Grande/MS, 04 de outubro de 2022.

JISKIA SANDRI TRENTIN
50ª Promotora de Justiça

4 "Acompanhar a adoção de parâmetros para a concessão da visita conjugal ou íntima à pessoa privada de liberdade em estabelecimento penal, nos termos da Resolução CNPCP n° 23, de 4 de novembro de 2021".

**RECOMENDAÇÃO Nº 0009/2022/50ªPJ****Inquérito Civil nº 06.2020.00001350-3**

Recomendada: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN/MS.

Finalidade: Adoção de providências urgentes no sentido de impedir o funcionamento de sinais de telecomunicação nos presídios do Complexo Penitenciário de Campo Grande.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público fiscalizar a execução da pena, bem como instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos, além de expedir recomendações para a tutela de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que para o exercício da função institucional do art. 129, II, a Lei nº 8.625/1995 estabelece caber ao Ministério Público expedir recomendações, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito (art. 27, parágrafo único, IV);

CONSIDERANDO o teor da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro, destacando sua acentuada utilidade para a autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto na Recomendação n. 0001/2016/CGMP/2016, de 6 de outubro de 2016, a respeito da expedição de recomendações pelos órgãos de execução no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul no âmbito do procedimento administrativo, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como à defesa dos demais interesses, direitos e bens incumbidos ao *Parquet*;

CONSIDERANDO que a Carta de Brasília⁵ estabelece, dentre as diretrizes referentes ao Ministério Público, *a adoção de postura resolutiva amparada no compromisso com ganhos de efetividade na atuação institucional, exigindo-se, para tanto, atuação racional do mecanismo de judicialização nos casos em que a via não seja obrigatória e indispensável, devendo o membro analisar se realmente a judicialização é o caminho mais adequado e eficiente para o caso*⁶, além do *esgotamento das alternativas de resolução extrajudicial dos conflitos, controvérsias e problemas, com o incremento da utilização dos instrumentos como a Recomendação (...)*⁷;

CONSIDERANDO que a administração pública tem como princípios basilares encartados no art. 37 da Constituição Federal a “legalidade” e a “eficiência”, de modo que ao Estado administrador incumbe dar efetividade a políticas públicas capazes de controlar a criminalidade, sem se olvidar da necessária estruturação e ao funcionamento do sistema carcerário como um todo, pois a legislação constitucional e infraconstitucional assim o determina;

CONSIDERANDO que é atribuição da 50ª Promotoria de Justiça da capital, precipuamente, promover visitas e inspeções nas unidades prisionais e de segurança pública que mantenham presos em Campo Grande - MS, adotando medidas extrajudiciais e judiciais para proteção dos interesses difusos e coletivos dos presos, com o objetivo de corrigir irregularidades eventualmente detectadas nos estabelecimentos prisionais;

CONSIDERANDO que o Código Penal Brasileiro estabelece como crime *ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de aparelho eletrônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional* (art. 349-A), justamente porque *são usados, invariavelmente, como instrumentos eficazes*

5 Acordo celebrado em 22 de setembro de 2016, na ocasião do 7º Congresso de Gestão do CNMP realizado em Brasília-DF, entre a Corregedoria Nacional e as Corregedorias-Gerais dos Estados e da União, com o objetivo de modernizar o controle da atividade extrajudicial pelas Corregedorias do Ministério Público, bem como o fomento à atuação resolutiva do MP Brasileiro;

6 Alínea “b”, item 6;

7 Alínea “n”;



*de orientação e coordenação de práticas ilícitas pelas organizações criminosas que atuam dentro e fora dos presídios, (...) adquirindo status de armas poderosas nas mãos de criminosos*⁸;

CONSIDERANDO, ainda, que a Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003, estabelece, em seu artigo 4º, que *os estabelecimentos penitenciários, especialmente os destinados ao regime disciplinar diferenciado, disporão, dentre outros equipamentos de segurança, de bloqueadores de telecomunicação para telefones celulares, rádio-transmissores e outros meios, definidos no art. 60, § 1º, da Lei n. 9.472, de 16 de julho de 1997*;

CONSIDERANDO, finalmente, o teor do Ofício n. 1681/DAF/GAB/AGEPEN/2022, de 15 de setembro de 2022, que, em resposta ao Ofício nº 1310/2022/50PJ/CGR, informou esta Promotoria de Justiça, quanto ao tema desta recomendação, que seria *inviável inserir os equipamentos de bloqueio de sinais no plano de trabalho do Fundo a Fundo 2022, haja vista o elevado custo para instalação, aliado à limitação dos valores repassados*.

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da 50ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República/88, artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, e em razão da fiscalização e acompanhamento levados a efeito no Inquérito Civil nº 06.2020.00001350-3⁹, resolve RECOMENDAR à Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN, na pessoa de seu Diretor-Presidente, Aud de Oliveira Chaves, que adotem providências no sentido de impedir o funcionamento de sinais de telecomunicação nos presídios do Complexo Penitenciário de Campo Grande.

Sendo assim, de acordo com o determinado no art. 1º, da Recomendação n. 0001/2016/CGMP/2016, de 6 de outubro de 2016, a respeito do prazo razoável para atendimento, aguarda-se o prazo de 15 (quinze) dias para os recomendados responderem, por escrito, sobre o atendimento ou não da presente recomendação, informando as providências implementadas ou que pretendem implementar (neste último caso, com cronograma de atividades), em caso positivo.

Os recomendados deverão providenciar, *incontinenti*, a divulgação adequada e imediata da presente recomendação, conforme dispõe o art. 9º, da Resolução CNMP nº 164, de 28 de março de 2017, sem prejuízo da que deverá ser determinada por este *Parquet* no âmbito do Diário Oficial do Ministério Público de Mato Grosso do Sul – DOMP/MS.

Campo Grande/MS, 4 de outubro de 2022.

JISKIA SANDRI TRENTIN
50ª Promotora de Justiça

⁸ FERREIRA, Carlos Lélis Lauria; KUEHNE, Mauricio. In "A Proibição de Entrada de Celular em Presídio (Comentários à Lei n. 12.012/09); extraído do sítio da *internet* do endereço: https://amagis.com.br/uploads/noticias/plusfiles/2995_0.pdf, em 3/10/2022.

⁹ "Apurar acerca do funcionamento de sinais de telecomunicação nos presídios do Complexo Penitenciário de Campo Grande".



TRÊS LAGOAS

EDITAL Nº 06.2022.00001097-0

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, e está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001097-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: JS Empreendimentos Imobiliários LTDA e Pedro Barbosa da Silva e CIA Empreendimentos Imobiliários LTDA

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente da poda drástica de árvores em perímetro urbano, em frente à Caixa Econômica Federal desta cidade, localizada na Rua Elvírio Mário Mancini, nº 923, Centro, nesta urbe.

Três Lagoas - MS, 05 de outubro de 2022.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Urbanismo da Comarca de Três Lagoas-MS.

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

BELA VISTA

EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**Inquérito Civil 06.2020.00000511-4**

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Luiz Arthur Fogliato - Fazenda Campo Alegre

OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2020.00000511-4, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto “Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 42,20 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Campo Alegre em Caracol/MS”, entre os anos de 2016 e 2017, de propriedade do senhor Luiz Arthur Fogliato.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO, Luiz Arthur Fogliato, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão de desmatamento ilegal de 4 ha hectares em área de reserva legal, em sua propriedade, Fazenda Campo Alegre, localizada em Caracol-MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente pelo desmatamento de vegetação nativa, na propriedade rural Fazenda Campo Alegre, em Bela Vista-MS, assume o COMPROMISSÁRIO, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) - cujo pagamento dar-se-á em 04 parcelas sucessivas, com vencimento todo dia 10 de cada mês, a contar de 10 novembro de 2022, com o vencimento das demais parcelas nos meses subsequentes

Parágrafo único: o valor deverá ser pago e destinado a Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS.



CLÁUSULA TERCEIRA: O COMPROMISSÁRIO Luiz Arthur Fogliato se compromete a apresentar, no prazo máximo de 120 dias, laudo técnico com Art demonstrando a regularidade da área de reserva legal proposta para a referida propriedade, com relatório fotográfico, de modo a demonstrar sua preservação, sendo que eventual necessidade de recomposição de área proposta no CAR, deverá ser apresentado PRADA devidamente registrado no órgão ambiental estadual IMASUL, no prazo de 90 dias, com o respectivo cronograma de execução, sendo que a homologação da área proposta para reserva legal é de responsabilidade do órgão ambiental estadual IMASUL.

Bela Vista-MS, 06 de outubro de 2022.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

CAARAPÓ

EDITAL 0018/2022/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001043-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Açucareira Energy.

Assunto: Regularizar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural denominada "Chácara São Pedro".

Caarapó-MS, 03 de outubro de 2022.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL 0019/2022/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000753-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Andreia Maria Caneppele Zamuner.

Assunto: Apurar a supressão de 11,49 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Paraíso, em Juti/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 74/22/NUGEO.

Caarapó-MS, 03 de outubro de 2022.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL 0020/2022/02PJ/CRP**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000752-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Jesus Camacho.

Assunto: Apurar a supressão de 30,07 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Mato Grosso do Sul, em Juti/MS, sem a autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 70/22/NUGEO.

Caarapó-MS, 03 de outubro de 2022.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

CAMAPUÃ

EDITAL N. 19/2022/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2022.00000867-4, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2022.00000867-4.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cassemiro Catarino da Costa

Assunto: “Apurar a supressão de 0,53 hectares em áreas de vegetação nativa, realizado no período compreendido entre 17/09/2021 e 29/03/2022, no Sítio do Sapé e do Aparado, em Figueirão-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 333/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental)”.

Camapuã - MS, 04 de outubro de 2022.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 20/2022/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2022.00000872-0, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2022.00000872-0.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ariodo Ferreira Pinto

Assunto: “Apurar a supressão de 11,03 hectares, no período compreendido entre 19/02/2022 e 22/04/2022, em área remanescente de vegetação nativa e reserva legal proposta, na fazenda Ponte Nova Mirassol, em Figueirão/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 315/22/NUGEO”.

Camapuã - MS, 04 de outubro de 2022.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

**DEODÁPOLIS**

EDITAL N° 0045/2022/PJ/DPS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas N° 09.2022.00008026-6.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2022.00008026-6, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Defensoria Pública da Comarca de Deodápolis.

Interessado: Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS.

Objeto: acompanhar e fomentar junto à Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS, a criação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), no município de Deodápolis.

Deodápolis/MS, 05 de outubro de 2022.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS
Promotor de Justiça.

EDITAL N° 0046/2022/PJ/DPS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas N° 09.2022.00009279-5.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2022.00009279-5, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: NUCLEO AMBIENTAL DE APOIO AO CAOMA - PGJ.

Interessado: SANESUL-EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A.

Objeto: Acompanhar o controle de qualidade dos serviços de saneamento e abastecimento de água no município de Deodápolis/MS, notadamente a utilização de produtos químicos em quantidade acima do permitido na água tratada.

Deodápolis/MS, 06 de outubro de 2022.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS
Promotor de Justiça